

Externato de Nossa Senhora das Graças

CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO



2019.2020

ÍNDICE

	Pg.
1. INTRODUÇÃO	3
PRINCÍPIOS	3
OBJETO DA AVALIAÇÃO	3
2. PERFIL GERAL DAS APRENDIZAGENS	4
PORTUGUÊS LÍNGUA NÃO MATERNA (PLNM)	4
CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO	5
3. AVALIAÇÃO INTERNA (AI)	6
MODALIDADES	6
AVALIAÇÃO FORMATIVA	6
AVALIAÇÃO SUMATIVA	6
TÉCNICAS INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS	6
DIVERSIDADE DE TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO	6
CRITÉRIOS GERAIS PARA ELABORAÇÃO E CORREÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE AI	6
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	7
ESCALAS DE AVALIAÇÃO 1.º CICLO	8
ESCALAS DE AVALIAÇÃO 2.ºE 3.º CICLO	8
4. AVALIAÇÃO EXTERNA	8
5. INTERVENIENTES NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO	9
6. EFEITOS DA AVALIAÇÃO	9
TRANSIÇÃO/APROVAÇÃO E RETENÇÃO	9
ANOS TERMINAIS DE CICLO	9
ANOS NÃO TERMINAIS DE CICLO	9
7. ANÁLISE DOS RESULTADOS	10
8. DIVULGAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	11

1. INTRODUÇÃO

No seu conjunto, os diplomas referentes à avaliação estabelecem que a organização e gestão do currículo devem integrar a **avaliação**, assegurando que esta constitua o **elemento regulador** do ensino-aprendizagem, **orientador** do percurso escolar e **certificador** dos conhecimentos e capacidades dos alunos.

Partindo do princípio de que o critério em avaliação é um princípio utilizado para julgar, apreciar, comparar, reunir dados, julgá-los e atribuir-lhes um juízo de valor, o Conselho Pedagógico definiu os critérios gerais de avaliação que devem servir de referente comum para o agrupamento, com base na legislação em vigor:

- Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro – Estatuto do Aluno e Ética Escolar;
- Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho – estabelece os princípios e normas que garantem a inclusão;
- Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho – estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário, os princípios orientadores da sua conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens, de modo a garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO);
- Despacho Normativo n.º 1 - F/2016, de 5 de abril - regulamenta o regime de avaliação e certificação dos conhecimentos adquiridos e das capacidades desenvolvidas pelos alunos do ensino básico (3.º, 4.º anos);
- Portaria n.º 644 - A/2015, de 24 de agosto – define as regras a observar no funcionamento das atividades de enriquecimento curricular (AEC);
- Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto – regulamenta o regime de avaliação e certificação dos conhecimentos adquiridos e das capacidades desenvolvidas pelos alunos do ensino básico, bem como os seus efeitos e as medidas de promoção do sucesso que podem ser adotadas (1.º, 2.º, 5.º, 6.º anos);
- Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória;
- Documentos curriculares (os programas; as metas; orientações; perfis profissionais e referenciais do Catálogo Nacional de Qualificações) e as Aprendizagens Essenciais (orientações curriculares de base) de cada disciplina.

Princípios

- Promoção da melhoria da qualidade das aprendizagens assente no caráter **formativo** da avaliação de modo a que todos os alunos consigam adquirir os conhecimentos e desenvolver as competências, atitudes e valores previstos no perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória;
- Caráter contínuo e sistemático da avaliação não como fim em si, mas como elemento motivador de revisão do processo de ensino e de aprendizagem;
- Valorização dos progressos realizados por cada aluno como fator de sucesso e concretização das suas potencialidades máximas;
- Valorização do trabalho colaborativo e interdisciplinar;
- Capacidade reguladora dos instrumentos da avaliação externa;
- Diversidade de técnicas, instrumentos e procedimentos para recolha de informação diversificados e adequados.

Objeto da avaliação

Uma perspetiva de avaliação integrada e contínua implica, necessariamente, que se considerem aspetos não só académicos, mas também, comportamentais, sociais e emocionais de cada aluno, assim como fatores ambientais. A avaliação incide sobre as aprendizagens desenvolvidas pelos alunos, tendo por referência as Aprendizagens Essenciais, que constituem **orientação curricular base**, sem prejuízo dos demais documentos curriculares, com especial enfoque nas áreas de competências inscritas no Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Assim, os critérios de avaliação devem integrar:

O Domínio dos conhecimentos e capacidades – saber e saber fazer observados nos conhecimentos de natureza técnico-científica das várias disciplinas; nas competências da comunicação (oral e escrita) e nas competências metodológicas.

Ponderação: entre 70 (comunicação oral entre 10)

O Domínio das atitudes – saber ser e saber estar observados no empenho na aprendizagem (trabalhos realizados na sala de aula e fora dela e cumprimento do estabelecido no regulamento interno) e na educação para a cidadania observada na solidariedade, responsabilidade, tolerância, compreensão, resolução de conflitos sem violência, argumentação, etc.

Ponderação: entre 20 e 30%

2. PERFIL GERAL DE APRENDIZAGENS

Quadro 1			
Domínios e Temas e respetivas ponderações		Descritores de Desempenho (Observar-se-á se o aluno:)	Ações determinantes a desenvolver pelos docentes para a concretização do Perfil dos Alunos
Domínio das Aprendizagens (Conhecimentos e Capacidades)	50% a 65%*	Indicadores de desempenho das áreas curriculares disciplinares, interdisciplinares (DAC) e transdisciplinares (CD) - com importância relativa de cada domínio ou tema	Adquire um conjunto de aprendizagens disciplinares essenciais, definidas por ano de escolaridade, tendo em vista as aprendizagens a atingir no final de cada ano, com referência às Aprendizagens Essenciais e ao Perfil dos Alunos para o Séc. XXI.
	10% a 25%*	Concretização de trabalhos que mobilizem conhecimentos da disciplina e concretizem a dimensão prática e/ou experimental das aprendizagens; valorização da competência da oralidade e qualidade da participação	<p>Pesquisa, seleciona e organiza informação para a transformar em conhecimento mobilizado (a operacionalização concretiza-se e desenvolve-se no campo específico de cada disciplina e no contexto dos referenciais de integração curricular no âmbito do Plano de Trabalho de Turma);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Adere e intervém nas atividades de sala aula.
Domínio Comportamental (Atitudes)	20% a 30%*	<p>Relacionamento Interpessoal</p> <p>Desenvolvimento Pessoal e Autonomia</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Resolve problemas de natureza relacional de forma pacífica; - Revela responsabilidade; - É assíduo; - É pontual; - Organiza o trabalho de aula/casa; - É persistente; - É tolerante; - Revela confiança; - Manifesta resiliência; - Cooperar em diferentes contextos; - Manifesta um comportamento adequado nos diferentes espaços escolares; - Participa em atividades lúdicas, desportivas ou outras.

* Na disciplina de Educação Moral e Religiosa as ponderações devem ser de 50% para os conhecimentos e capacidades e de 50% para as atitudes.

Sinalização dos erros de Língua Portuguesa

Todo o professor é professor de português. Deve sinalizar e corrigir os erros ortográficos e/ou de sintaxe, assegurando a correção dos mesmos por parte do aluno.

PORTUGUÊS LÍNGUA NÃO MATERNA

Ao aluno de Português Língua Não Materna (PLNM) deverá ser aplicado um teste, no início do ano ou logo que o aluno entra na escola para o integrar no nível de proficiência linguística:

Nível 1 de iniciação (A1 ou A2);

Nível intermédio (B1);

Nível avançado (B2).

O teste deve seguir os níveis de proficiência linguística definido no Quadro Europeu Comum de Referência (QECR).

Devem ser aplicados testes intermédios para avaliar a progressão do aluno em Língua Portuguesa nas competências de compreensão/expressão oral, leitura, e escrita com o objetivo de possibilitar a transição de nível de proficiência.

CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO

O documento “Estratégia do Externato” deve definir os critérios de avaliação da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, respeitando os três eixos fundamentais na abordagem da Educação para a Cidadania:

- Atitude cívica individual;
- Relacionamento interpessoal;
- Relacionamento social e intercultural.

A avaliação deve ter por base a participação dos alunos nas atividades no âmbito da turma, escola e da comunidade educativa.

Quadro 2	
Nível	DESCRIPTOR DO PERFIL DE APRENDIZAGENS ESPECÍFICAS PARA CADA NÍVEL
5	<p>Adquiriu 90% ou mais das Aprendizagens Essenciais, com excelente domínio da linguagem e textos específicos, da informação e comunicação; do raciocínio e resolução de problemas; do pensamento crítico e criativo.</p> <p>Elevados conhecimentos do bem-estar, saúde e ambiente e saber científico, técnico e tecnológico.</p> <p>Elevados padrões de sensibilidade estética e artística.</p> <p>Revela elevada consciência de si próprio, compreendendo o corpo como um sistema integrado e utilizando-o de forma adequada aos diferentes contextos.</p> <p>Revela excelente relacionamento interpessoal e um extraordinário desenvolvimento pessoal e de autonomia, concretizados em elevados patamares de cidadania e intervenção, responsabilidade, exigência, curiosidade e inovação.</p>
4	<p>Adquiriu mais de 70% das Aprendizagens Essenciais, com muito bom domínio da linguagem e textos específicos, da informação e comunicação; do raciocínio e resolução de problemas; do pensamento crítico e criativo.</p> <p>Bons conhecimentos do bem-estar, saúde e ambiente e saber científico, técnico e tecnológico.</p> <p>Bons padrões de sensibilidade estética e artística.</p> <p>Revela boa consciência de si próprio, compreendendo o corpo como um sistema integrado e utilizando-o de forma adequada aos diferentes contextos.</p> <p>Revela bom relacionamento interpessoal e um grande desenvolvimento pessoal e de autonomia, concretizados em bons patamares de cidadania e intervenção, responsabilidade, exigência, curiosidade e inovação.</p>
3	<p>Adquiriu mais de 50% das Aprendizagens Essenciais, com razoável domínio da linguagem e textos específicos, da informação e comunicação; do raciocínio e resolução de problemas; do pensamento crítico e criativo.</p> <p>Revela razoável conhecimento do bem-estar, saúde e ambiente e saber científico, técnico e tecnológico.</p> <p>Revela razoáveis padrões de sensibilidade estética e artística.</p> <p>Revela alguma consciência de si próprio, compreendendo o corpo como um sistema integrado e utilizando-o de forma adequada aos diferentes contextos. Revela um satisfatório relacionamento interpessoal e um razoável desenvolvimento pessoal e de autonomia, concretizados em patamares medianos de cidadania e intervenção, responsabilidade, exigência, curiosidade e inovação.</p>
2	<p>Adquiriu mais de 20% das Aprendizagens Essenciais, com baixo domínio da linguagem e textos específicos, da informação e comunicação; do raciocínio e resolução de problemas; do pensamento crítico e criativo.</p> <p>Poucos conhecimentos do bem-estar, saúde e ambiente e saber científico, técnico e tecnológico.</p> <p>Baixos padrões de sensibilidade estética e artística.</p> <p>Revela pouca consciência de si próprio, não compreendendo o corpo como um sistema integrado e não o utilizando de forma adequada aos diferentes contextos.</p> <p>Revela alguns problemas de relacionamento interpessoal e de desenvolvimento pessoal e de autonomia, concretizados em baixos patamares de cidadania e intervenção, responsabilidade, exigência, curiosidade e inovação.</p>
1	<p>Adquiriu menos de 20% das Aprendizagens Essenciais, com muito fraco domínio da linguagem e textos específicos, da informação e comunicação; do raciocínio e resolução de problemas; do pensamento crítico e criativo.</p> <p>Muito poucos conhecimentos do bem-estar, saúde e ambiente e saber científico, técnico e tecnológico.</p> <p>Muito baixos padrões de sensibilidade estética e artística.</p> <p>Revela pouca consciência de si próprio, não compreendendo o corpo como um sistema integrado e não o utilizando de forma adequada aos diferentes contextos.</p> <p>Revela problemas de relacionamento interpessoal e de desenvolvimento pessoal e de autonomia, concretizados em baixos patamares de cidadania e intervenção, responsabilidade, exigência, curiosidade e inovação.</p>

3. AVALIAÇÃO INTERNA

3.1. MODALIDADES

3.1.1. AVALIAÇÃO FORMATIVA

A Avaliação **formativa** é a principal modalidade de avaliação e assume carácter contínuo e sistemático. A recolha de informação deve assentar na variedade de instrumentos, de procedimentos e de técnicas adequadas à diversidade das aprendizagens e aos contextos em que ocorrem. A análise de toda a informação recolhida deve implicar a revisão do processo de ensino e aprendizagem, de forma a facilitar a construção de itinerários pessoais de formação. Deve integrar rotinas de autoavaliação e reflexão sobre o desempenho escolar. É da competência do professor da disciplina evidenciar os aspetos positivos e orientar práticas para superação das dificuldades e prevenção do insucesso.

3.1.2. AVALIAÇÃO SUMATIVA

A Avaliação **sumativa interna** traduz-se na formulação de um juízo de valor global sobre as competências adquiridas pelos alunos. Realiza-se no final de cada período/semestre letivo pelos professores, no 1º ciclo, ou pelo conselho de turma, no 2º Ciclo, informando alunos e encarregados de educação sobre o estado de desenvolvimento do percurso escolar dos alunos. Conduz à atribuição de uma classificação quantitativa ou qualitativa.

3.2. TÉCNICAS, INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS

3.2.1 DIVERSIDADE DE TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

O conceito de avaliação contínua e o seu carácter sistemático pressupõem que o registo represente a evolução dos conhecimentos adquiridos pelos alunos ao longo do ano letivo. Tal só é possível através da utilização diversificada de instrumentos de avaliação.

Em conselhos de docentes ou em conselhos de ano e turma, os professores (de acordo com as medidas tomadas em conselhos de docentes, conselhos de turma, departamentos e grupos disciplinares) concertam os instrumentos para recolha **sistemática** de dados objetivos e a sua natureza (qualitativa ou quantitativa): Testes/fichas sumativas individuais, de grupo; Entrevistas; Grelhas de registo de atitudes e comportamentos na sala de aula; Listas de verificação; Escalas de classificação; Portfólio; (outros, de acordo com a especificidade da disciplina), a incluir nos Planos de Trabalho de Ano/Planos de Trabalho de Turma/Grupo.

Tendo a avaliação carácter contínuo e sistemático, devem ser salvaguardados momentos formais de avaliação em relação aos quais devem ser respeitados os seguintes aspetos:

- A realização de testes globais/formais de avaliação (testes que integram todos os domínios / temas das disciplinas) deve ser previamente calendarizada;
- Os alunos devem ter conhecimento das respetivas matrizes;
- A classificação é qualitativa, conforme percentagens aprovadas na escola.

Os alunos devem ter conhecimento da classificação dos diversos instrumentos de avaliação e num período razoável.

Os professores devem fornecer informações aos diretores de turma sobre o desempenho dos alunos no sentido de possibilitar um maior acompanhamento por parte dos encarregados de educação, conforme acordado em conselho de ano.

Sempre que um aluno frequentar as aulas apenas um período, por falta de assiduidade ou outro impedimento legal devidamente justificado, pode realizar uma prova extraordinária (PEA) em cada disciplina, exceto naquelas em que realizar, no final do ano, Prova final de ciclo.

Os critérios específicos de avaliação poderão ser alterados ao longo do ano letivo, desde que aprovados em Conselho Pedagógico.

3.2.2. CRITÉRIOS GERAIS PARA ELABORAÇÃO E CORREÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

INTERNA

Na elaboração dos diferentes instrumentos de avaliação interna utilizados para recolha de informação relativamente à aprendizagem dos alunos deve considerar-se o seguinte:

a) Objeto da avaliação - ao delimitarmos o objeto de avaliação - que informação se pretende recolher? - devemos ter presente os diferentes **domínios/temas**, delimitação que irá determinar as técnicas e instrumentos mais adequados para a recolha da informação.

b) Finalidade da avaliação - a avaliação deve facilitar informação-valoração sobre o modo como está funcionando cada um dos componentes do sistema de ensino-aprendizagem e o conjunto de todos eles como totalidade sistémica. Pode, pois, ter uma dupla finalidade, avaliação **para** as aprendizagens - dar *feedback* ao aluno (regulação da aprendizagem), ao professor (orientação do ensino) e à tutela (monitorização do currículo); e avaliação **das** aprendizagens - fazer um *balanço* (informação, certificação e seriação).

c) Formulação de juízos de valor — Quando avaliamos, fazemos, quer uma medição (entendida em sentido amplo, como recolha de informação), quer uma valoração.

Um e outras dimensões cumprem funções diferentes no processo de avaliação. Através da medição, podemos constatar o estado atual do objeto ou situação de avaliação; através da valoração, realizamos uma comparação entre os dados obtidos na medição (que refletem o *como é* do aspeto a avaliar) e uns determinados parâmetros de referência (que refletem o *como deveria ser* desse aspeto). Esse ponto de referência com que comparamos os dados coligidos (na medição) é o normotipo que deve, preferencialmente, ser um **normotipo criterial** (ou **critério**), isto é, a comparação é feita em função de um modelo geral ou marco de referência externo que especifica as características que o objeto avaliado deve reunir para ser valorado.

d) Questões - São questões, tudo o que concretiza o conteúdo da avaliação. Relativamente às mesmas, devemos ter em consideração os seguintes critérios:

Representatividade – os aspetos que se tomem em consideração devem ser representativos, por um lado, dos conteúdos gerais do que queremos avaliar (programa formal seguido) e, por outro lado, do trabalho levado a cabo nas aulas e das experiências realizadas durante o período em avaliação;

Significação – o que importa saber é se o aluno domina realmente o fundamental, o que é importante, e não o acessório;

Diferenciação cognitiva – diversificação das operações mentais ou condutas cujo funcionamento se quer explorar, isto é, de acordo com a formulação das perguntas, o aluno deverá pôr em marcha uma determinada capacidade para dar a resposta; existem várias taxonomias de perguntas, sugerindo-se que se siga a taxonomia de Sanders, que propõe que as perguntas podem ser de:

- *Memória* ou *reconhecimento* (definições, autores, léxico...);

- *Tradução, interpretação* ou *compreensão* (análise mental de certos dados num processo de decomposição inicial e posterior elaboração pessoal);

- *Aplicação* (aplicação de princípios gerais em situações práticas);

- *Análise* (decompor elementos em partes, identificar as suas características, estabelecer semelhanças e/ou diferenças...);

- *Síntese* (organizar dados soltos para chegar a uma conclusão, apresentar uma visão geral, fazer um esquema...);

- *Avaliação* (emitir um juízo sobre algo, valorar factos e/ou situações a partir de certas perspetivas...);

- *Clareza na redação* – não deve haver dificuldade para entender o que se pergunta.

e) Tipologia de Itens — A terminologia adotada (com base no modelo seguido pelo IAVE) diz respeito ao tipo de resposta esperada e ao formato dos itens, constituindo a base dos respetivos critérios de classificação. A tipologia aqui apresentada não exclui a possibilidade de existirem itens que combinem dois ou mais formatos, com modalidades de classificação diferentes das enunciadas.

Relativamente ao tipo de resposta, os itens classificam-se em **itens de seleção** e **itens de construção**.

Os **itens de seleção** implicam a escolha da resposta correta a partir de várias opções dadas e podem apresentar os formatos seguintes:

Escolha múltipla; associação; ordenação; verdadeiro/falso e completamento.

Os **itens de construção** implicam a produção de uma resposta cuja estrutura e cuja extensão dependem das instruções de realização e podem apresentar os formatos seguintes:

Completamento; resposta curta; resposta restrita e resposta extensa

Notas:

Numa classificação dicotómica, a cotação do item só é atribuída às respostas corretas; todas as outras respostas são classificadas com zero pontos. Nos outros casos a classificação das respostas é politómica.

3.3. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Na **Educação Pré-Escolar** a avaliação assume uma dimensão marcadamente formativa, pois trata-se de um processo contínuo e interpretativo, que se interessa mais pelos processos do que pelos resultados. As atividades desenvolvidas nos Jardins-de-infância estão inseridas em Três grandes Áreas de Conteúdo – **Área da Formação Pessoal e Social; Área de Expressão e Comunicação; Área Conhecimento do Mundo**. A área da Expressão e Comunicação integra o domínio da Educação Física, domínio da Educação Artística (subdomínio das Artes Visuais, subdomínio do Jogo Dramático/Teatro, subdomínio da Música, subdomínio da dança), domínio da Matemática e o domínio da Linguagem Oral e Abordagem à Escrita. As aprendizagens definidas para cada área devem procurar sempre privilegiar o desenvolvimento da criança e a construção articulada do saber, numa abordagem integrada e globalizante das diferentes áreas.

Cabe a cada educador avaliar, numa perspetiva formativa, os processos educativos, o desenvolvimento e as aprendizagens de cada criança e do grupo, tendo em conta os seguintes indicadores: interesse / motivação; participação / iniciativa; capacidade de organização; assiduidade e /ou pontualidade; criatividade, espírito de observação; espírito crítico e capacidade de raciocínio.

O instrumento utilizado na avaliação trimestral da Educação Pré-escolar é uma ficha de registo descritivo e individual na qual são registados os progressos/aprendizagens da criança em cada área de conteúdo de acordo com as Orientações Curriculares para a Educação pré-escolar. A ficha de registo é comum para os três, quatro e cinco anos.

No início do ano, deve ser realizada uma avaliação diagnóstica individual e de grupo, através de uma grelha que expresse as competências mínimas de cada área de conteúdo adequada a cada grupo.

3.4. ESCALAS DE AVALIAÇÃO 1º CICLO

A informação resultante da avaliação sumativa materializa -se na atribuição de uma menção qualitativa de **Muito Bom, Bom, Suficiente ou Insuficiente**, acompanhada de uma apreciação descritiva em cada componente de currículo. No caso do 1.º ano de escolaridade, a informação resultante da avaliação sumativa pode expressar-se apenas de forma descritiva em todas as componentes do currículo, nos 1.º e 2.º períodos.

Atendendo à sua natureza instrumental, a componente de Tecnologias de Informação e Comunicação não é objeto de avaliação sumativa.

3.5. ESCALAS DE AVALIAÇÃO 2.º CICLO

Nas áreas disciplinares ou disciplinas do 2º ciclo, a informação resultante da avaliação conduz à atribuição de uma classificação, numa escala de níveis de 1 a 5, a qual pode ser acompanhada, sempre que se considere relevante, de uma apreciação descritiva sobre a evolução do aluno. São considerados reveladores de insucesso os níveis 1 e 2, de sucesso global os níveis 3, 4 e 5 sendo os dois últimos de qualidade.

Quadro 3		
Menções de classificação e correspondentes percentagens e níveis.		
Menção	Intervalo percentual	Nível
Insuficiente menos	0% a 19%	1
Insuficiente	20% - 49%	2
Suficiente	50% - 69%	3
Bom	70% - 89%	4
Muito bom	90% - 100%	5

4. AVALIAÇÃO EXTERNA

A avaliação externa das aprendizagens no ensino básico é da responsabilidade dos serviços ou organismos do Ministério da Educação e compreende:

- a) Provas de Aferição;

PROVAS DE AFERIÇÃO:

Não integram a avaliação interna. Têm por objetivo aferir o desenvolvimento do currículo no ensino básico e fornecer informação ao sistema educativo, às escolas, aos alunos e encarregados de educação sobre o desenvolvimento das aprendizagens. Os relatórios individuais (RIPA) e os relatórios de escola (REPA) resultantes das provas devem ser devidamente monitorizados pelos professores, pelos alunos e seus encarregados de educação.

5. INTERVENIENTES NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A avaliação interna é da responsabilidade dos professores, do conselho de turma, dos serviços implicados no processo e dos órgãos de administração e gestão e de coordenação e supervisão pedagógica. Os alunos são envolvidos através de rotinas de autoavaliação e autorregulação das aprendizagens. Os encarregados de educação tomam conhecimento e devem estar disponíveis para ajudar os seus educandos e a escola a desenvolver ambiente propício às aprendizagens.

6. EFEITOS DA AVALIAÇÃO

Na Educação Pré-escolar a avaliação realizada nos grupos dos três e quatro anos é informativa, tendo como consequência a organização de grupos de competência no próprio espaço/sala e a função de dar conhecimento aos pais/EE sobre o processo de evolução das crianças. No caso do grupo dos cinco anos a eventual não consecução das metas para a Educação Pré-escolar não pode constituir entrave à entrada no 1º Ciclo. A avaliação, neste caso, resulta num instrumento facilitador para dar seguimento, já em contexto de 1º Ciclo, às aprendizagens realizadas.

A avaliação sumativa dá origem a uma tomada de decisão sobre a progressão ou a retenção do aluno, expressa através das menções, respetivamente, *Transitou* ou de *Não Transitou*, no final de cada ano de escolaridade e *Aprovado* ou *Não Aprovado*, no final de cada ciclo.

6.1. TRANSIÇÃO / APROVAÇÃO E RETENÇÃO

6.1.1. ANOS TERMINAIS DE CICLO

Nos anos terminais de ciclo (4º, 6º anos) o aluno não progride se estiver numa das seguintes situações:

- a) No 1º ciclo, tiver obtido:
 - 1) Menção Insuficiente em Português ou PLNM ou PL2 e em Matemática
 - 2) Menção Insuficiente em Português ou Matemática e, cumulativamente, menção Insuficiente em duas das restantes disciplinas;
- b) No 2º ciclo, tiver obtido:
 - 1) Classificação inferior a nível 3, nas disciplinas de Português ou PLNM ou PL2 e de Matemática;
 - 2) Classificação inferior a nível 3 em três ou mais disciplinas desde que não seja Português e Matemática

6.1.2. ANOS NÃO TERMINAIS DE CICLO

Nos anos não terminais de ciclo, a decisão de transição reveste carácter pedagógico é tomada sempre que o professor titular de turma, no 1º ciclo, ou o conselho de turma, nos 2º ciclo, considerem que o aluno demonstra ter adquirido os conhecimentos e desenvolvido as capacidades e atitudes para prosseguir com sucesso os seus estudos. A retenção é considerada excecional, pelo que essa decisão só deve ser tomada após um acompanhamento pedagógico do aluno em que foram traçadas e aplicadas medidas de apoio face às dificuldades detetadas.

No 1º ano não há lugar a retenção, exceto ao aluno a quem tenha sido aplicado o disposto nas alíneas a) e b) do nº 4 do artigo 21º da Lei nº 51/2012, de 5 de setembro.

Quadro 4	
ANO	Critérios de Não transição
2º	Menção Insuficiente a Português ou PLNM e Matemática
3º	Menção Insuficiente a Português ou PLNM ou Inglês e Matemática Menção Insuficiente a Português ou Matemática e, cumulativamente, menção Insuficiente em duas das restantes disciplinas
5º	Quatro ou mais níveis inferiores a três

NOTA: Sendo a retenção excecional e não obstante os critérios elencados acima, o professor titular de turma, no 1º ciclo, ou o conselho de turma, no 2º Ciclo devem ponderar, a favor da progressão, situações particulares, nomeadamente: a frequência repetida no ano; o número de retenções ao longo do percurso escolar; a evolução do aluno de acordo com as áreas de competências inscritas no PERFIL dos alunos à saída da escolaridade obrigatória; a participação do aluno nos projetos realizados no âmbito da educação para a cidadania.

7. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos resultados da avaliação sumativa deve seguir os seguintes procedimentos:

- ✓ Cada departamento e grupo disciplinar realiza a análise dos resultados escolares de forma a proporcionar o desenvolvimento de práticas de autoavaliação da escola que visem a melhoria dos resultados; devem identificar dificuldades e adotar estratégias de melhoria.
- ✓ Em conselho de ano/turma é realizada a análise e reflexão; a mobilização de medidas de suporte à aprendizagem e inclusão.
- ✓ Em conselho Pedagógico são apresentados os relatórios da análise e reflexão dos resultados, com propostas de medidas de combate ao insucesso (quando necessário).

8. DIVULGAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Os critérios gerais do Colégio estão disponíveis no portal do Colégio (cnossasenhoradasgracas.pt), para consulta pela comunidade escolar.

Os específicos das diferentes disciplinas são dados a conhecer aos alunos e aos pais pelos professores no sentido de os esclarecer sobre os referentes em relação aos quais os alunos precisam de se posicionar nos momentos de autoavaliação.

Os critérios de avaliação aqui definidos constituem referenciais comuns no Colégio a ser operacionalizados pelos professores titulares de turma (1.º ciclo) e pelos professores do Conselho de Turma (2.º ciclo).

Aprovado em reunião de CP de 03 de setembro de 2019

A Presidente do Conselho Pedagógico

Irmã Augusta da Conceição Mendes